

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-6-2018.

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 062/18 (Processo nº 0712/18), de autoria de Alvoni Medina, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/18 (Processo nº 0785/18), de autoria de Marcelo Sgarbossa. Também, foi apregoado o Memorando nº 025/18, de Márcio Bins Ely, comunicando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, do dia vinte e três ao dia vinte e oito de junho do corrente, em reunião da Internacional Socialista, em Genebra, Suíça. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a debater o tema específico “Importância da educação superior pública no desenvolvimento nacional e para a pesquisa científica e tecnológica”. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Comandante Nádia, presidindo os trabalhos, e Paulo Machado Mors, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul – ADUFRGS. Em continuidade, a Presidenta concedeu a palavra a Paulo Machado Mors, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell e Karen Santos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Mônica Leal. Após, a Presidenta concedeu a palavra, para considerações finais, a Paulo Machado Mors. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezoito minutos às quinze horas e dezenove minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nº 050 e 082/18 e o Projeto de Resolução nº 013/18. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Rodrigo Maroni. Durante a Sessão, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon, Dr. Goulart e Rodrigo Maroni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e trinta e seis minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por João Carlos Nedel, Mônica Leal e Comandante Nádia e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar o assunto “Importância da educação superior pública no desenvolvimento nacional e para a pesquisa científica e tecnológica”, trazido pelo Sr. Paulo Machado Mors, presidente da ADUFRGS – Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Machado Mors está com a palavra.

SR. PAULO MACHADO MORS: Exma. Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, em seu nome, cumprimento os demais parlamentares desta Casa, em especial a Ver.^a Sofia Cavedon, de quem partiu a sugestão deste período de Comunicações temático, além do convite para a participação da ADUFRGS-Sindical. Boa tarde a todos os presentes.

Criada em 1978 como Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a ADUFRGS surgiu em meio à luta pela democratização do País e da Universidade. Neste cenário, a fundação desta entidade revelou a coragem, o espírito combativo e o grau de engajamento e atuação dos professores da UFRGS que perduram até hoje. Três décadas depois, em 2008, como uma alternativa política que era adotada pela entidade nacional, que então representava os professores do ensino superior, a ADUFRGS é transformada em ADUFRGS-Sindical, Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre, e passa a atender docentes da UFRGS, da UFCSPA, e dos campi Porto Alegre Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, o IFRS.

Ao receber do Ministério do Trabalho e Emprego o registro sindical, em 2011, é consolidada como a representante legítima e legal dessas instituições federais de ensino superior, passando a ter os instrumentos legais e jurídicos para a defesa de nossos interesses profissionais, na perspectiva de que o futuro dependa das respostas que a comunidade acadêmica seja capaz de formular aos novos desafios.

Em 2016, como demanda externa, a base sindical novamente é ampliada, desta vez para 11 municípios: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Sapucaia do Sul, Tramandaí, Osório e Viamão, além de Porto Alegre, e tem o nome alterado para Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, filiada ao Proifes-Federação, a ADUFRGS-Sindical defende o pluralismo de ideias e o respeito às posições político-ideológicas de seus associados. Utiliza o método de consulta eletrônica para deliberar sobre as questões mais importantes, por acreditar que essa é uma forma mais democrática de tomada de decisões.

Entrando no tema proposto, o Brasil ocupa o 13º lugar entre os países de maior produção científica. Não foi sem esforço que essa posição foi alcançada, e não poderia ser diferente. Segundo o meu colega físico, Luiz Davidovich, Presidente da

Academia Brasileira de Ciências, “Não existe educação de qualidade sem ciência de qualidade. E não há ciência, tecnologia e inovação de qualidade sem uma boa educação”. Portanto, temos aí um mesmo pacote: educação, ciência e tecnologia e inovação. O nosso objetivo, construir uma Nação que se dê o respeito e que se faça respeitada com o aprimoramento da qualidade de vida de seus cidadãos. Mas há uma catástrofe anunciada, e esta frase não é hipérbole. A Emenda Constitucional nº 95, aprovada em dezembro de 2016, já está apresentando suas consequências nefastas para o desenvolvimento do País. Uma imposição de uma brutal limitação orçamentária para um extenso prazo de 20 anos. Já estamos sofrendo o retrocesso que esta medida está causando em muitas áreas, inclusive, nas de educação e ciência. Medida adotada para privilegiar o capital internacional especulativo, seguindo orientação econômica neoliberal, está impossibilitando, por exemplo, o cumprimento do Plano Nacional de Educação atualmente em vigor, instrumento legal que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Uma das metas previstas pelo Plano Nacional de Educação é a de elevação dos investimentos em educação de 6,5% do PIB ao ano, em 2014, até o patamar de 10% do PIB ao ano, a ser atingido em 2024. Estudos de diversas entidades nacionais mostram que este é o aporte necessário para a educação pública, se quisermos ter uma educação de qualidade, universal e gratuita em todos os níveis de ensino. Esta meta é inalcançável com as restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95, que obriga ao congelamento dos investimentos em áreas sociais; contrariamente, em 2024, teremos os investimentos em educação reduzidos para 5,5% do PIB ao ano.

Temos que lembrar: Ciência não é gasto, é investimento. Educação não é gasto, é investimento. A atual política econômica adotada pelo governo não corrige a injustiça tributária no país, mantendo a não tributação de grandes fortunas e as desonerações fiscais que favorecem grandes grupos econômicos.

Nossa Federação colocou como principal ponto da agenda nacional do movimento dos professores de instituições federais de ensino superior a luta pela revogação da Emenda Constitucional nº 95. Mas não basta isso, há que sugerir alternativas que nos aportem os recursos necessários para o desenvolvimento. Sem nos estendermos muito, podemos mencionar: a elevação da taxa sobre exploração de recursos minerais, que apresenta valores muito baixos no Brasil; instituição da contribuição sobre movimentação financeira de caráter progressivo, e, portanto, em moldes mais justos do que os da antiga CPMF; taxa sobre a especulação financeira; instituição do imposto sobre grandes fortunas, conforme previsto pela Constituição Federal, mas ainda não regulamentada; fim das desonerações tributárias; etc. Ademais, devemos insistir na necessidade de se realizar uma auditoria da dívida pública, com vistas ao controle da destinação de verbas para o pagamento dos rentistas, do grande capital.

A maior parte da pesquisa científica brasileira é realizada dentro das universidades públicas. Boas instituições privadas também produzem boa ciência, mas não prescindindo de recursos públicos. O vínculo entre boa educação e boa prática científica é evidente.

Semana passada, de 11 a 15 de junho, estivemos, em um total de 23 docentes, compondo a delegação que representou o Proifes-Federação na 3ª Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES 2018), patrocinada pela UNESCO na Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina. O local foi escolhido por ter sido o cenário da Reforma de Córdoba, iniciada por estudantes rebeldes há exatos 100 anos, quebrando com uma estrutura universitária arcaica e patriarcal, e difundindo em todo o continente uma nova visão de vida acadêmica. A Conferência reuniu reitores, diretores, pesquisadores, docentes, estudantes e representantes de numerosas organizações governamentais e não governamentais para analisar e debater sobre a situação do sistema educativo na região e delinear um plano de ação para a próxima década.

A principal questão tratada, na ocasião, foi a pressão que o Banco Mundial vem exercendo sobre a Organização Mundial do Comércio no sentido de passar a classificar a educação como serviço, uma *commodity*, e não um bem público. Caso isso ocorra, estará aberto o caminho para a definitiva mercantilização do ensino. Imaginem uma nação tendo que se submeter a retaliações comerciais por estar oferecendo educação gratuita a seus cidadãos, em flagrante processo de "concorrência desleal". Tornou-se premente, portanto, reafirmar o sentido da educação como bem social, direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Foram dias de intenso trabalho, discussões riquíssimas, muita interação.

O documento final, apresentando o relatório do que foi trabalhado em sete eixos temáticos, além de mesas, debates, exposições, ainda está em elaboração. No entanto, seu preâmbulo já está concluído, e é dele que faço as seguintes transcrições: "A educação, a ciência, a tecnologia e as artes devem ser um meio para a liberdade e a igualdade, garantidas sem distinção social, de gênero, de etnia, de religião, de idade". Mais adiante: "A ciência, as artes e a tecnologia devem se constituir em pilares de uma cooperação para o desenvolvimento equitativo e solidário da região". Ainda mais adiante: "Frente às pressões para fazer da educação superior uma atividade lucrativa, é imprescindível que os Estados assumam compromisso irrenunciável de regular as instituições públicas e privadas, qualquer que seja sua modalidade e promovendo a diversidade institucional, para tornar efetivo o acesso universal, a permanência e a titulação da educação superior, atendendo a uma formação de qualidade com inclusão, diversidade e pertinência local e regional. Finalizo citando Jose Pepe Mugica, quando candidato à presidência do Uruguai: "Vamos investir primeiro em educação; segundo, em educação; terceiro, em educação. Um povo educado tem as melhores opções na vida e é muito difícil que os corruptos e mentirosos os enganem". Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos para compor a Mesa o Sr. Paulo Machado Mors.

A Ver^a. Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar pelos 40 anos desta instituição, que vem assumindo mais responsabilidades sobre mais instituições, que representam, nesse tempo, o alargamento do ensino superior público, um alargamento que nós ainda sonhamos que se dê em maior escala e que está no Plano Nacional de Educação, referido pelo Presidente, como uma expansão devida ao povo brasileiro, a expansão do ensino superior público e de qualidade.

A forma de homenagear esses 40 anos é a forma como deve ser homenageada a educação, com um debate sério, com um debate consequente, com uma prioridade que não pode ser a prioridade daqueles que repetem palavras vazias “educação como prioridade”; é muito diferente do Pepe Mujica, que realizou. Eu estive no Uruguai e vi o que é um dos programas de educação do Uruguai, maravilhoso, que, com o Plano Ceibal, colocou um *tablet* na mão de cada criança, de cada estudante uruguaio, com uma belíssima ação de integração comunitária de núcleos de apoio à manutenção técnica dos *tablets*, com acesso universal ao Wi-Fi extensivo à comunidade no entorno, o que se tornou uma grande ferramenta de inclusão social. Isso é um exemplo do que significa priorizar, de verdade, a educação.

Eu quero me referir ao trabalho da ADUFRGS falando de alguns elementos de mudanças importantes que aconteceram nesse último período e que, infelizmente, estão, neste momento, seriamente ameaçadas pela Emenda nº 95, já referida aqui pelo Presidente. A expansão dos institutos federais de 140 para mais de 600, nos últimos dez anos, significa compromisso com a educação. E a ADUFRGS representa os educadores, os professores dessas instituições, porque os funcionários têm o seu próprio sindicato. Falar da expansão da educação superior pública, com dezoito novas universidades, com um caráter e um porte de inclusão e, de fato, para o povo brasileiro, para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras que não podem pagar por ensino superior. Então, através das cotas, a nossa UFRGS e todas essas novas universidades oferecerem 50% das vagas para quem vem de escola pública é uma grande inversão de prioridades e é, de fato, reparar um erro histórico do Estado brasileiro, de excluir a classe trabalhadora da educação superior. Mas por que será – e é esta pergunta que faço e que temos que responder – que as universidades públicas continuam ponteadando os indicadores da qualidade da educação superior no Brasil? Por que todos querem ir para uma universidade federal? Como consegue uma universidade pública, diferente da educação básica, estar na ponta, acima das universidades privadas? E aí a combinação de três dimensões que quero trazer aqui. A pesquisa, que o Professor referiu muitas vezes, no tema da tecnologia, da ciência, da pesquisa; a docência vinculada à extensão. Isso garante que tenhamos indicadores de mais alto nível, posições diferenciadas, e esse investimento ainda não existe na educação básica. Nessa dimensão do professor pesquisador da prática, do professor que aplica essa prática, esse pensamento novo, e constrói esse pensamento novo na experiência aplicada junto às comunidades. Quero chamar atenção que havia um medo terrível dos próprios setores corporativos, às vezes, da universidade, de que com as cotas públicas, as nossas universidades perderiam qualidade. Esse era um argumento: “Não vamos fazer a triagem no vestibular, porque

vamos perder qualidade”. E temos cotas há quantos anos, e a UFRGS continua em primeiro lugar das universidades do País, em muitos cursos, e com os melhores cursos do País. Essa combinação de extensão de presença investigativa, de pensamento crítico, de trabalho junto à sociedade para responder, enquanto universidade, aos problemas da universidade, os educadores nossos exercendo uma docência que é pensada, todo tempo, refletida, pesquisada e inovada, por conta dessas características que nós vamos perder se nós tivermos a continuidade do congelamento, por 20 anos, dos recursos para a universidade pública deste País. Ora, senhores, nós já estamos perdendo bolsa de pesquisa, de iniciação científica, investimento em laboratórios, expansão de laboratórios, expansão de pesquisas que as universidades vinham fazendo, espaços físicos que nós não tínhamos nos últimos anos condições técnicas de dar conta das possibilidades de expansão, que os recursos federais estavam sendo colocados. Já tem uma redução nas pesquisas, os professores perdendo condição de bolsistas para poder já iniciar o trabalho científico, a aplicação na prática e a formação já ser uma formação a partir da prática. Isso é gravíssimo, isso é condenar o País. Todos que discursam e dizem que a Coreia resolveu o seu problema de desenvolvimento do país investindo em educação, precisam prestar atenção no que o Brasil está fazendo, que é exatamente o inverso. Quando o Professor Paulo traz, e com isso elogio os 40 anos da ADUFRGS, que nós voltaremos a 5% do PIB nos dez anos e não chegaremos a meta de 10% do PIB brasileiro para educação, meta essa colocada no Plano Nacional de Educação, que não pode ser lá no final dos dez anos, que é para ser gradativamente durante os dez anos de vigência do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação. Quero dizer, em homenagem à ADUFRGS, eu disse num seminário da ADUFRGS, que das metas do Plano Municipal de Educação de Porto Alegre, que são monitoradas, professora Karen, pelo Fórum Municipal de Educação, as únicas metas que foram cumpridas nesses dois anos, foram as de Ensino Superior, porque a UFRGS, apesar dos cortes, continua respondendo aos desafios que o Plano Municipal de Educação colocou para Porto Alegre. Então, foi apresentado aqui para a CECE, o Ver. Tarciso é nosso Presidente, o Fórum apresentou o balanço dos dois anos, o monitoramento, e só lá no Ensino Superior tem indicação de que, sim, meta cumprida, que não poderá continuar cumprindo porque a UFRGS não está expandindo, como, por exemplo, o curso de pedagogia para educadores, educadores populares, sociedade; é um curso à distância, mas é excelente, porque a UFRGS não fez um curso de pedagogia nos moldes propostos pelo Governo Federal, fez com muito mais aula presencial, com mais monitores. Não foi possível expandir da primeira turma, e já sentimos os reflexos. E nós com 246 instituições trabalhando com educação infantil, comunitários, cujos educadores têm, no máximo, o ensino médio, precisariam fazer o ensino superior, teria que ser na UFRGS, nesse formato, mas esses 20 anos de congelamento estão condenando cursos como esse a ter a penas a primeira turma e paralisar. Como sei que há muitas iniciativas da UFRGS que estavam projetadas, pensadas, exigidas pela sociedade, pela UFRGS, institutos federais. Eu visitei o instituto federal de Gravataí, com um bloco inteiro em que poderia abrir vagas para cursos industriais, professor, mas não o fez porque não tem mais recurso, que está estancado. E uma comunidade precisando deles. Eu quero encaminhar a minha

fala pedindo escusas a quem está inscrito por ter me estendido por mais cinco minutos; obrigada. Sobre esse encontro latino americano fundamental a que o senhor se referiu, coloco que nós acreditamos que não podemos deixar a atividade especulativa se impor ao ensino superior, transformar os professores em aplicadores de testes, de métodos meritocráticos, de resultados rasos, a serviço da especulação com o ensino superior, porque isso se contrapõe completamente à pesquisa, à extensão e a docência como um trabalho emancipador do ser humano e produtor de conhecimento novo para defender a vida. Parabéns, ADUFRGS por defender esses educadores, essa história, esse investimento em educação nesses 40 anos – longa vida a essa briosa entidade!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria de externar neste momento de Comunicações a minha grande preocupação como professor. Terminei a minha licenciatura no ano de 2000 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, desde então, desde o ano de 2001 tenho atuado em sala de aula contribuindo para a formação intelectual e pessoal dessa geração que tanta esperança colocamos sobre os ombros. Mas eu lamento que as práticas governamentais desde então não venham se afinando com o que nós esperamos. A educação desde a década de 1980, quando Darcy Ribeiro já alertava – não podemos chamá-lo de visionário. Não era um visionário, não era um vidente, não era mediunidade; era um conhecedor da causa. Darcy Ribeiro dizia que se, em 20 anos, não construíssemos mais escolas, construiríamos presídios. E lamentavelmente é o que pede boa parte da população que não aguenta mais a insegurança a qual é assolada. Portanto pecamos, desde então, com a carência na oferta de uma educação de qualidade para as nossas crianças, nossos jovens, portanto o futuro da Nação vem sendo comprometido nesses últimos anos, agora mais do que nunca. A educação estadual está completamente falida não é de hoje, há décadas temos esse descaso, esse abandono, esses jovens largados infelizmente, quando não há sequer, muitas vezes, professores para ministrar aulas; quando há, são pessoas que utilizam o cargo docente como um bico para evitar o desemprego que também é um problema que afeta a nossa sociedade. E numa perspectiva mínima de melhoria da qualidade de vida e salarial abandonam a sala de aula porque a carreira não é atrativa – não é atrativa! A rede municipal de ensino a qual eu pertencço, sou professor concursado da Prefeitura de Porto Alegre, ela já foi uma grande referência, tanto em termos de qualidade, em termos de estrutura, quanto em termos de valorização financeira para os profissionais, e tudo isso vem sendo perdido, rapidamente perdido: a qualidade dos espaços, a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, do tempo em que nós professores nos dedicamos ao ofício, aos planejamentos, tudo isso vem sendo atacado, e é um grande lamento para todos nós. Agora, como tu bem salientaste, Paulo, a mercantilização da educação, a educação vista como um negócio, é

danosa para todo nosso País. Ela só favorece aquele que especula e quer ver sua conta bancária aumentar. Nós temos a formação de grandes conglomerados educacionais que estão muito interessados principalmente nesse filão de mercado que é a educação superior. A eles interessa a depreciação das nossas estruturas, porque somos, sim, universidades federais uma grande referência em termos de qualidade não apenas na formação acadêmica das nossas graduações, mas também das nossas pós-graduações, no trabalho de extensão que as universidades públicas prestam à sociedade como um todo.

Nós também percebemos e lamentamos o aumento galopante da oferta de cursos AED. Posso ser uma pessoa conservadora, talvez até me tachem de retrógrado, mas, para o aluno que não é autodidata por natureza, a falta do professor referência, a falta de um contato mais próximo, de um vínculo entre docente e discente só traz prejuízo para a formação intelectual de uma pessoa. Portanto, o ensino à distancia deveria ser extremamente restrito e liberado sob determinadas regras criadas com muita responsabilidade. Não sou uma pessoa que ataque a formação à distancia, não sou, eu acho que existem méritos, mas, para o ensino médio, os planos do Presidente Michel Temer de estender até 40% os cursos para educação à distancia é lamentável. Não há maturidade do indivíduo menor de idade de poder gerenciar seu tempo e otimizar seus estudos sozinho, sem uma referência.

Portanto, a educação no nosso País está naufragando. Para nós, parlamentares, que se importam com esse tema, é tudo muito doloroso, ver que, entre os nossos dedos, o mínimo de qualidade de ensino que se acumulou ao longo da história da nossa Nação, seja perdido por atos de irresponsabilidade extrema. Eu destaco também que, se nós não valorizarmos os espaços da educação superior, principalmente com relação à sua capacidade de pesquisa, nós nos tornaremos uma Nação consumidora de ciência, consumidora de pesquisa. E o investimento em produção é bem menor do que o investimento em aquisição desses recursos e matérias fundamentais para o desenvolvimento tecnológico de um país. Então, me somo à sua voz, faço coro às suas palavras e parabéns pela exposição e pela clareza na argumentação que o senhor trouxe até esta Casa legislativa. Muito obrigado, uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, hoje é um dia importante para nós porque precisamos discutir algo tremendamente importante para a Nação brasileira, que é a sua educação. A educação de nível superior, especialmente o ensino superior público no País. Dias atrás eu tive acesso a um artigo que me chamou muito a atenção. Falava de sete educadores brasileiros que contribuíram muito para o ensino no nosso País. Eis que encontro, entre esses sete grandes educadores, uma professora da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, a Professora Jaqueline Moll. Fiquei muito feliz porque isso demonstra a nossa preocupação e aqui principalmente da Universidade Federal, junto com Miguel Arroyo, Florestan Fernandes, Maria Nilde Mascellani, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. É muito gratificante verificar que uma educadora atual, aqui da nossa Universidade, consta nesta lista de sete grandes educadores do País. Até de uma certa paradinha, mas eu sempre fico na espreita porque é muito problemático – porque como escreveu, em 1995, fruto de uma palestra que deu nos Estados Unidos, o grande intelectual italiano Umberto Eco, ele falou no Fascismo Eterno. E o Escola sem Partido introduz com as várias facetas do fascismo a questão que nos preocupa enormemente que é abalroar a consciência das pessoas e fazer com que tenhamos algum tipo de Estado totalitário. E a universidade, especialmente as universidades públicas, onde o livre pensamento ainda consegue se manter, são fundamentais para fazer esse debate.

Eu cito o texto de Umberto Eco pelo seguinte, nesse texto, como eu disse, de 1995, o Fascismo Eterno, ele fala do Ur-Fascismo, esse fascismo que está sempre espreitando, ele tem inclusive uma característica que ele chama de “totalitarismo *fuzzy*”, isso é mais ou menos o que seria uma espécie de nebulosa fascista que nos persegue. E quando a universidade é colocada em risco, quando se quer a mercantilização do ensino, especialmente do ensino superior, porque como as questões que os colegas que me antecederam colocaram aqui – Sofia Cavedon e Prof. Alex Fraga – demonstram a insuficiência, a precariedade do ensino fundamental e do ensino médio no País, logo no ensino superior, que deveria alavancar as pessoas para o mercado de trabalho, nós temos, portanto, essa grande debilidade. E, portanto, as grandes instituições, os grandes fundos financeiros vêm para o país e querem comprar instituições de ensino, porque essa mercantilização do ensino superior está dando muito lucro.

Nesse sentido, é importante voltar ao texto de Umberto Eco, quando ele diz que “as universidades são um ninho de comunistas”. Quem é que fala isso? Os fascistas falam isso em todos os cantos. E Umberto Eco responde: “A suspeita em relação ao mundo intelectual sempre foi um sintoma do Ur-Fascismo”, e é por isso que eu cito isso hoje aqui. Estamos falando nas instituições universitárias. E digo mais: a eles não interessa o ensino de qualidade, porque todos os textos escolares nazistas ou fascistas se baseavam em um léxico pobre e uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico. É por isso que nós temos que ter universidade crítica, é por isso que nós temos que defender a cultura, é por isso que nós nos opomos à cobrança de uma taxa como aquela que queriam cobrar, aqui em Porto Alegre, R\$ 180 mil por um espaço do bem público de uso comum do povo, que é a Praça da Alfândega, para fazer a nossa Feira do Livro. Em defesa da educação de qualidade, pelo pensamento crítico amplo, universal, sem restrições, uma escola libertária, eu homenageio todas as escolas universitárias de ensino superior público do Rio Grande do Sul, saudando o Paulo e os colegas que estão aqui hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que a Ver.^a Comandante Nádia assuma a presidência dos trabalhos para que esta Vereadora possa fazer sua manifestação em tempo de Liderança.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; colegas, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem através da TVCâmara e também aqui nos prestigiando com suas presenças. Eu escutei atentamente as muitas manifestações aqui na tribuna sobre ensino, a sua, professor Paulo Machado Mors. Eu queria compartilhar do meu sentimento, porque nós sabemos que o papel da educação, como instrumento transformador e desenvolvedor da nossa sociedade, é inegável, é imprescindível, é muito importante. E isso falando desde a educação infantil até o ensino superior. Eu sempre digo que as mães, para que tenham segurança, para que possam sair das suas casas, precisam saber que seus filhos estão seguros desde a primeira infância. Por isso a necessidade de termos políticas educacionais bem implementadas, para a área da educação pública, por um governo que dê a ela a devida importância. Não há dúvida de que o Brasil e seus estados precisam ampliar ou solidificar a oferta de educação superior, sobretudo na educação pública. Esse é um sentimento que sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas. Todos nós sabemos que, dentro disso, está o incentivo e o fortalecimento das pesquisas para produção de conteúdo científico e tecnológico, que deve ser visto como um dos objetivos centrais das universidades a fim de contribuir para o desenvolvimento do País. Também a valorização das atividades acadêmicas e do corpo docente que tem de ser qualificado, e, para tal, precisa de incentivo e boas condições de trabalho. Sabemos que são enormes os desafios da educação e da pesquisa científica no Brasil, principalmente em épocas de crise econômica, quando só o essencial é mantido, todo o resto é cortado. Mas esse essencial deveria ser repensado, imediatamente, quando não incluir a educação e a ciência.

Eu quero fazer aqui uma reflexão. Eu escutei, professor Paulo Machado Mors, quando o senhor registrou que educação é um bem público, é um bem social, é um direito do cidadão, ou seja, que promove a igualdade, não é um serviço. Essa é a única maneira que o País pode oferecer para que todos sejam iguais. Eu também escutei quando o Prof. Alex falou que professores fazem bicos, que estão abandonando suas carreiras, quando deveria ser o contrário. Que tristeza essa constatação! Isso me fez lembrar que, no Japão, o Imperador se curva somente para um professor, aquele que é o responsável por todas as profissões. E onde erramos, o Brasil está na contramão de todos os países de Primeiro Mundo. Que tristeza, só nos resta rezar e ter esperança que as coisas se modifiquem, que dias melhores venham e possibilitem que as nossas

crianças, que são o futuro de uma nação, tenham a possibilidade de ter uma boa educação e que cheguem também no ensino superior.

Quero registrar aqui a minha admiração a todos que se empenham nessas áreas e sabem da importância de seu empenho, dessa dedicação, que faz a diferença e transforma o nosso meio. Muito obrigada pela oportunidade de estar hoje aqui e poder compartilhar desse sentimento, acima de tudo, não como Vereadora, não como jornalista, mas como cidadã comum, como mãe que investiu na educação de seus filhos e que gostaria que todas mulheres pudessem investir na educação como futuro da nossa Nação. Obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Sou a Karen, professora da rede estadual, entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul lá em 2007, fiz parte do Diretório Central dos Estudantes. Boa parte da minha formação política foi a partir do Diretório Acadêmico de Educação Física, lá no Campus da Esefid, participei do primeiro coletivo de estudantes negros, depois da implementação das ações afirmativas, que foi o Coletivo Negração. Quero saudar a luta e a mobilização da comunidade universitária que produz e dá vida àquela instituição, esta comunidade combativa que a UFRGS tem e que vem se colocando sempre na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

A universidade é um espaço muito importante na produção e sistematização do conhecimento histórico produzido pela humanidade e que, infelizmente, vem sendo desmontado pelos sucessivos governos. Eu entrei na universidade antes do Reuni, antes da política de ações afirmativas, que eram duas políticas que tinham o intuito de popularizar e ampliar o acesso de uma camada social historicamente negada de conseguir acessar o conhecimento sistematizado, técnico e tecnológico. São duas políticas que, infelizmente, principalmente no que tange à reforma universitária, propôs toda uma ampliação de vagas, uma ampliação de ritmo, de intensidade de trabalho, sobretudo para os técnicos e trabalhadores docentes, que faz com que a gente não consiga garantir uma qualidade de ensino, uma qualidade de extensão, uma qualidade de produção de conhecimento e também a permanência desses estudantes, sobretudo esse novo perfil que ingressa junto com a reforma universitária, com os estudantes cotistas, os estudantes de baixa renda, estudantes negros na sua maioria, que historicamente estiveram fora deste espaço e que necessitam das políticas de permanência, que trazem para dentro do contexto universitário novas demandas do estudante, de restaurante universitário, de bibliotecas, de centros de estudo tecnológicos como as salas de informáticas. Enfim, as mesmas contradições que eu, que entrei antes dessas políticas, já vislumbrava, já passava necessidade, e, como a implementação disso combinado, trouxe demandas mais necessárias para a comunidade universitária como

um todo, que está olhando, está se propondo a debater, a discutir e a resolver. Entendo que os cortes no Orçamento, sobretudo das universidades, vem impactando para que essa situação não se resolva, piore. Somos a favor da implementação das ações afirmativas, não quer dizer, criticar, essa forma de desenvolvimento, essa forma de ampliação, que a gente é contra a necessidade de popularizar aquele espaço. Acho que a gente tem tentar sempre fugir desse binarismo, ampliação ou popularização. Não, é necessário e é possível, sim, combinando essas lutas, a gente pensar numa outra forma de produzir conhecimento e que realmente tenha um retorno social, onde esses sujeitos sejam parte ativa dessa produção. Ter um retorno social para essas comunidades porto-alegrenses e do Rio Grande do Sul como um todo.

A implementação, no Governo Temer, da PEC 241, que estrangula o Orçamento nas áreas de educação, saúde e assistência, a gente teve todo aquele procedimento de ocupação das universidades, sobretudo das unidades feitas pelos estudantes e que, eu acho, foi um momento muito importante para resgatar um pouco dessa vida política dentro daquele espaço. Como é que a gente consegue exercer relações de solidariedade, que coloque estudante, técnico e os servidores públicos e os professores em contato para pensar um projeto de universidade para este País.

Junto também, no início deste ano, um processo de luta importante que a gente teve, que foi a ocupação da Reitoria pelo Movimento Negro, em defesa das ações afirmativas. A gente vê a política sendo deturpada no sentido de que, quando não tem critério específico para esse ingresso, ela acaba perdendo o seu valor social. A necessidade que fez com que tivesse essa política, ela vai sendo deturpada. Também questionar a forma como a atual Reitoria se posicionou frente ao movimento que estava ocupando, de forma autoritária, de forma antidemocrática, não atendeu as nossas denúncias e, bem pelo contrário, coagiu o movimento com uma reintegração de posse, inclusive com o uso do Exército. Então, colocar que a gente precisa, sim, debater a paridade dentro daqueles espaços; a gente precisa, sim, defender a democracia em âmbito federal, estadual e municipal, mas também dentro das instâncias que a gente atua, que a gente trabalha, que a gente estuda. Hoje mesmo tem indígenas e quilombolas em Brasília que estão lutando pela bolsa permanência de R\$ 900 e que foi cortada pelo Governo Temer. Como é que a gente consegue construir um movimento da comunidade universitária, da UFRGS, que se coloca em solidariedade a esses estudantes, a esses técnicos, a esses professores que vem resistindo?

Então, mais uma vez, saudar esse movimento de professores combativos da UFRGS e comprometidos com esse projeto, porque a gente tem que lutar por paridade, lutar, porque a universidade tem um retorno social de tudo aquilo que a gente produz de conhecimento e tecnologia que sirva para as demandas do povo e não para essas empresas que estão utilizando a instituição pública para manter os seus lucros, e que tenha, sim, uma política de permanência específica para indígenas, quilombolas, cotistas negros, pardos, para as mulheres, para que a gente consiga sobreviver dentro daquele espaço que ainda hoje é muito opressor e muito disputado por essa elite gaúcha.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Ver.^a Karen Santos. O Sr. Paulo Machado Mors está com a palavra para suas considerações finais.

SR. PAULO MACHADO MORS: Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Eu quero expressar a minha profunda alegria em estar participando deste ato, quero agradecer, mais uma vez, à Ver.^a Sofia, principalmente pelas palavras gentis ditas agora há pouco, mas eu tenho certeza de que são palavras merecidas por nós, porque a nossa luta realmente tem sido uma luta renhida e felizmente com sucesso, e assim continuará sendo, a senhora pode continuar tendo a certeza, Vereadora. É uma satisfação saber que a gente pode contar com parlamentares deste nível dos senhores e das senhoras. Eu quero expressar também que eu senti, por parte pelo menos de dois dos oradores, o Ver. Prof. Alex e a Ver.^a Karen Santos, um orgulho quando se manifestaram, dizendo que foram formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e isso é algo que nos aquece o coração, alunos nossos fazendo uma bela carreira pública e se manifestando. O Ver. Adeli está dizendo que ele também! Temos aqui vários formados pela UFRGS.

A Ver.^a Mônica mencionou várias vezes a expressão educação pública, e realmente essa é uma das expressões mais constantes na nossa conversa de hoje. Eu quero ressaltar e deixar bem claro que, quando nós falamos em educação pública – e eu tenho certeza de que essa era a intenção de todos os que mencionaram essa expressão –, não estamos apenas nos restringindo à educação estatal, nós estamos falando de educação pública do povo para o povo. Então, em nenhum momento, nós vamos demonizar a iniciativa privada, as instituições comunitárias, por exemplo, que nós sabemos que existem em boa quantidade e qualidade neste País. Nós queremos deixar claro que nós diferenciamos a educação privada de bom nível, aquela, inclusive, que merece os recursos públicos para desenvolver a sua pesquisa que só vem qualificar o ensino que ela promove, daquelas outras que, como o Ver. Prof. Alex mencionou, têm ação na bolsa de valores – são as que eu chamo de universidades caça-níqueis. Há que se diferenciar. Aí, sim, reside o mercantilismo nefasto.

Ver. Prof. Alex, eu me senti muito identificado com o senhor, o senhor repetiu aqui uma fala que eu fiz em Córdoba, numa reunião sobre qualidade de formação de professores licenciados e professores de educação básica. É um dos temas que mais me é caro, eu tendo participado, inclusive, da criação de cursos de pós-graduação de qualificação de professores. Eu, sendo formador de professores, levei para Córdoba a minha preocupação – que ficou registrada no documento do grupo – com a baixíssima qualidade da formação de professores em ilusórios cursos de educação a distância. É muito importante a gente ter consciência disso. Eu já participei, na Europa, de um congresso sobre educação a distância, onde eu aprendi que a educação a distância deve ser muito bem pensada para fins muito específicos, para universos muito bem escolhidos. O Ver. Adeli Sell também me tocou quando se referiu a algo que é muito preocupante. É verdade que nós, eu digo que me coloco nesse meio, aqueles que estão mais à esquerda, têm às vezes uma certa liberalidade em usar a expressão fascista, muitas vezes, sem muita justificativa. Mas, no caso do Ver. Adeli, o que ele mencionou

é fascismo, sim. Aquela questão da escola sem partido, aquilo é proposta fascista sim, porque não podemos pensar numa escola que seja montada, criada, para criar indivíduos sem senso crítico, sem argumentos, sem inteligência, portanto, robôs sociais. Agradeço muito a oportunidade, agradeço o reconhecimento ao nosso sindicato. Muito obrigado a todos. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h18min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB) – às 15h19min: Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Moisés Barboza, solicitando que o período de Grande Expediente seja transferido para a próxima Sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Antecipadamente gostaria de cumprimentar o Ver. Adeli Sell pelo transcurso de seu aniversário na data de hoje. Receba os cumprimentos de seus colegas. Tenha uma vida longa, com muita saúde e sucesso particular e profissional. (Palmas.)

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0635/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/18, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Ademir Niffa.

PROC. Nº 0895/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 082/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Sidnei Zolim Boccudo.

PROC. Nº 0693/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/18, de autoria do Ver. Elizandro Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Componentes da Banda Marcial São João – Acoban –, tendo em vista os serviços prestados pela Banda Marcial do Colégio La Salle São João.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Muito obrigado, Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; Ver. Alex, Ver.^a Karen, Ver.^a Sofia. Em nome da bancada de oposição, quero levantar aqui alguns questionamentos. Quero começar me referindo ao Ver. Cassiá Carpes, há alguns dias travamos vários debates aqui na Casa sobre a questão dos projetos de lei. O Ver. Cassiá fazia algumas perguntas, até porque participamos ativamente da Comissão que discute a planta genérica de valores, IPTU. Nós estranhamos efetivamente, Ver. Cassiá, que algumas questões que nós sistematicamente temos levantado e, até este momento, nós não temos o famoso instrumento que nos foi dito ser disponibilizado aqui para que pudéssemos fazer uma simulação sobre a planta genérica de valores, especialmente o valor venal e, a partir disso, fazer os cálculos sobre as propostas que nós temos inclusive aqui. Hoje houve uma reunião da Comissão e haverá nova reunião na terça-feira para que a gente possa fazer a votação do parecer do Ver. João Carlos Nedel. Eu levanto isso também porque a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores não mudou de opinião do ano passado para cá, pelo contrário: reafirmou que acha importante a discussão da planta de valores, acha que devemos ter um conjunto de alíquotas progressivas, tanto nos valores como no tempo. No entanto quero lembrar que na questão do tempo houve uma emenda no ano passado e depois foi vetada, portanto nós temos que ter a garantia de que o que a gente vota aqui, o que a gente acorda com a bancada do Governo tem que ser posteriormente respeitado. Mas, nesta semana, fomos colhidos com algumas coisas completamente abusivas. Já tínhamos aqui dito, voltamos a dizer que é um despautério aluguel de estacionamento no Centro para carros do Paço Municipal. Levantamos aqui que havia uma segunda consultoria da Carris, que não será necessária porque a própria gestão da Carris agora, sem nenhuma consultoria, com base naquilo que era o seu propósito, conseguiu diminuir em 40% o prejuízo do ano passado. Agora dizem que vão gastar dois milhões e pouco, e verifico hoje, no Diário Oficial, que são R\$ 3,6 milhões. Põe consultoria: R\$ 3,6 milhões uma consultoria para a Carris! Aí o PMI do Mercado Público, que seria feito por terceiro, inclusive para o estacionamento, para o mercado, com cálculos tremendamente difíceis, porque é um patrimônio público, seria R\$ 1,8 milhão. Mas aí um terceiro vai pagar! Agora não, é o caixa da Prefeitura que vai desembolsar R\$ 3,6 milhões! Por quê? Por que esse desespero de corte daqui, corte dali, corte de hora extra? Nós não temos servidores para fazer a fiscalização devidamente, e aí somos colhidos também com um aluguel para um setor de uma secretaria, num dos prédios mais espelhados, bacanas, pós-modernos do Centro da cidade de Porto Alegre, por uma babilônia de R\$ 3,5 milhões. Não bastasse isso, os horários nobres de televisão, em pleno Fantástico! Ontem eu divulguei quanto foi para a RBS, quando foi para o SBT, quanto foi para a Guaíba, quanto foi para cada uma das empresas de televisão. A RBS, para variar, fica com quase três milhões! São cinco milhões e meio só nessa barbadinha que foi colocada no ar. Convenhamos! Eu não vou me pautar por indicativos da imprensa. Cinco dias antes de entrar no ar a publicidade... Não é publicidade, é

propaganda, é diferente! Publicidade está lá: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, que é divulgação e eficiência, princípios da administração pública, não é isso, Prof. Alex? Mas é propaganda, é paga. Nós não concordamos! Nós estamos questionando, estamos abrindo uma discussão com vários colegas Vereadores, várias bancadas para a gente analisar com mais tranquilidade o que nos foi posto. Muito obrigado, Comandante Nádia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Vereador. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREDOR RODRIGO MARONI (PODE): Muito obrigada, Vereadora Comandante Nádia, que preside os trabalhos; colegas Vereadores; colegas da Câmara, e quem nos assiste pela TVCâmara. Vereadora Comandante Nádia, que é uma grande parceira no sentido de me incentivar no meu trabalho, convidou-a para ver o que acontece todos os dias, por volta das 10h, lá na clínica onde estou atendendo, Vida & Saúde Animal. Todos os dias, ali ou nas veterinárias Bicho de Luxo e Vetmax – que são veterinárias parceiras no atendimento a animais – elas estão lotadas, parece literalmente um posto de saúde, estão superlotadas. Todas as manhãs me esperam nesses locais cerca de vinte e poucas pessoas, das mais diversas cidades, trazendo seus animais. É um trabalho absolutamente esgotante, e comentava com a Ver.^a Sofia, é um trabalho em que eu não paro. Até por isso, Ver. Cassiá, talvez antecipe a minha aposentadoria da política; estou com 36 anos e acredito que o meu limite será quando eu tiver uns quarenta e poucos anos, porque não é um ritmo possível de ser mantido, pelo desgaste. Sairei da política, mas continuarei trabalhando; voltarei a ter uma vida normal. Para mim, são questionáveis essas aposentadorias de políticos, principalmente de governador, senador, que, em dois mandatos, se aposentam, e nunca foi o meu objetivo me aposentar pela política mesmo. Quero relatar aqui que é desgastante pela falta, pela ausência de atenção. Até recebi um pessoal da Secretaria da Saúde, que veio aqui para me convidar para um debate – e não sou muito de debates políticos, daquela coisa protocolar –, mas o meu trabalho é mais de campo, com os animais, que é mais desgastante e cansa muito.

Eu recebi aqui uma protetora, que faz um trabalho sensacional, a Patrícia, na Praça México, naquela região do Parque dos Maias, que fez aquelas casinhas de cachorro em tubos de cimento. É um trabalho que, para qualquer protetor, se torna desgastante. Eu, concentrando todos os protetores em mim, vocês imaginam o quanto não é desgastante, cansativo. E até tem, eu costumo dizer, uma deputada, eu cito bastante o nome dela como exemplo, porque ela gosta de dizer que sou midiático, como se trabalhar fosse algo midiático, logo ela, que ganhou um mandato do marido, um presente, que colocou ela num órgão público. Agora, os dois vão fazer dobrado na próxima eleição. Ganhou de presente do marido uma secretaria enxertada de CCs, no

ano de 2012, com várias coisas. É natural que ela se sinta incomodada com a minha presença, eu, que gasto o salário do meu próprio bolso e o meu tempo. Para alguém que nunca botou a mão num animal, ia lá na secretaria dar um “oi” e um “tchau” para os CCs que iam fazer campanha para ela, era muito fácil. E aí entra um lunático, trabalhando dia e noite, é natural que ela chame de midiático. Até tem uma senhora, uma coitada – depois da eleição eu vou mandar para ela um xampu e um condicionador porque ela é uma piolhenta –, que é CC, que nem se dá conta, na verdade, é utilizada por essa senhora deputada, que bota as buchas de canhão para ficar falando de mim na internet. Depois da campanha, seguramente, eu vou mandar esse xampu para ela, em homenagem a tudo que ela fez nesses quatro anos. A ela e à deputada, que não recebe ela, mas que, por dar meia dúzia de castração de um órgão público, que foi a secretaria, a mulher continua, todos os dias, dizendo que sou midiático, isso e aquilo. E tanto a piolhenta quanto a senhora deputada – que não é piolhenta e que não recebe, inclusive, os piolhentos, ela gosta de tomar chá só com as dondocas de loja de grife e tal –, ambas vão ser, dia 7 de outubro, abatidas. A preocupação delas, por eu trabalhar dessa forma tão incansável, com tanta energia, mais uma vez, como em 2016, não vai adiantar nada. Mas seguirei o meu trabalho assim, enquanto eu estiver na política, porque eu acho que a política deveria ser uma missão, Alex, uma missão de vida, uma missão de renúncia. Eu renuncio bastante da minha vida e também não me importo com essas pessoas, porque esta é a tradição da política: o marido dar um mandato, construir um órgão público para eleger, isso já é uma coisa tradicional. Mas eu não ganhei mandato de ninguém, não tenho pai rico, não tenho sobrenome, foi a partir do meu trabalho com muita seriedade. Obviamente, tenho uma linguagem brincalhona e debochada, mas foi através de muito trabalho e suor. Então, queria agradecer a vocês que estão aqui nesta quinta-feira, um bom final de semana que eu não terei novamente, pois vou trabalhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, só para deixar bem claro, até porque não pudemos fazer aparte ao Ver. Rodrigo Maroni porque estava falando em Liderança, mas duas questões me chamam a atenção. Primeiro, quero deixar bem claro aqui que Vereador não tem aposentadoria, senão a sociedade vai pensar que temos aposentadoria; em segundo lugar, não vamos trazer essa briga de cachorro para cá. Quem é essa deputada que o Vereador fala sempre, mas não diz o nome? Tem que dizer o nome!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Cassiá Carpes.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica, quero fazer um registro muito lindo, que sei que interessa a todos nós porque esta Casa ajudou. A Equipe Lobóticos de Robótica Educacional da EMEF Heitor Villa Lobos, na semana passada, foi para o Canadá, a única equipe brasileira representando o País, nossa, da Vila Mapa, Lomba do Pinheiro. Olha a emoção – o Diretor me enviou agora: “...e o prêmio *best presentation* vai agora para Lobóticos *from Brazil*” Nós ganhamos o prêmio de melhor apresentação de robôs! Estou emocionada, no Canadá, nossos meninos da Lomba do Pinheiro! Não valeu o esforço todo, Ver. Tarciso? Coisa linda.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito bom, Ver.^a Sofia, compartilho da sua emoção.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, queria só dar uma palavrinha para desfazer a ideia errada que todo esse público em volta de Porto Alegre, a nossa população, tem: que Vereador ganha aposentadoria, que ganha mais uma aposentadoria! Queria lembrar aos senhores e as senhoras que Vereador não ganha aposentadoria. Isso, eu era obrigado a dizer para clarear, não existe.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito importante esse registro, Ver. Dr. Goulart, até mesmo porque a tendência é fazer uma confusão, assim como não houve aumento no salário dos Vereadores, mas, sim, uma reposição da inflação.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Só queria reafirmar isso; na verdade, a minha intenção em falar em aposentadoria foi a minha saída da política, não querendo expor a Câmara; sei que os Vereadores não têm aposentadoria. Pelo contrário, até acho que poderia haver, porque tem muitos Vereadores que estão aqui há 40 anos, 50 anos, que fizeram suas vidas aqui, o Nedel, o próprio Pujol, que têm um trabalho sério, mas não têm aposentadoria.

Eu queria responder ao meu colega Cassiá. Eu prefiro não citar nomes, Cassiá, para não ter que responder... Eu já estou cheio de processos, devo ter uns 40, sempre estou dizendo para o pessoal: “Pega fila”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o registro, Ver. Maroni. Concluímos que Vereador não tem aposentadoria, que os Vereadores não tiveram aumento e, sim, a reposição da inflação, o que totaliza R\$ 300,00.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h36min.)

* * * * *